

O BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA “VILA QUILOMBO”: O QUE LIMA BARRETO PODE NOS ENSINAR?¹⁷

Denilson Botelho (UNIFESP)

O sentido de fazer o ‘bem’ se perdeu, nesses círculos, devido à exclusão de seu conteúdo ético e à ênfase em um padrão exclusivamente técnico: fazer um bom trabalho é melhor do que ser bom. Mas será preciso lembrar que qualquer vigarista é capaz, em seus próprios termos, de fazer um ‘bom trabalho’? A garantia de eficiência técnica não substitui a referência humana positiva. No entanto, pessoas que antes estabeleciam esta referência, que queriam ser eruditos ou escritores, são hoje, e aparentemente com grande satisfação, homens da propaganda, geniozinhos da publicidade, autores de tiras em jornais. E esses homens aprenderam habilidades, desenvolveram qualidades e agora as colocam a serviço da mais descarada e gananciosa exploração da falta de experiência das pessoas comuns. E são estes homens – essa nova classe perigosa – que inventaram e disseminam o tal linguajar, em uma tentativa de influenciar as pessoas comuns – as quais, porque trabalham de verdade, têm padrões de verdade nos seus próprios campos – contra os padrões reais no campo que estes homens conheceram e agora abandonaram. O velho mascate ainda está lá no mercado, contando os tostões que ganhou dos moleques da zona rural, com seus anéis e relógios de ouro falsificados. Ele pensa que suas vítimas são lerdas e ignorantes, mas elas estão vivas, e cultivam a terra enquanto ele tosse atrás de sua barraquinha. O novo mascate está em

¹⁷ Uma parte da reflexão contida neste capítulo foi inicialmente discutida no *10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, realizado em ambiente virtual pela UNIFESP e UNESP, de 11 a 13 de maio de 2021. De algum modo, o texto se beneficiou dos comentários recebidos, pelo que registro meu agradecimento.

escritórios bem decorados, usando resíduos da linguística, da psicologia e da sociologia para influenciar os modos de pensar dos que ele chama de a “massa”. Ele também, no entanto, vai ter que desmontar sua barraquinha e ir embora, e enquanto isso não acontece, não devemos nos influenciar por seu linguajar: podemos simplesmente nos recusar a aprendê-lo. A cultura é de todos. O interesse em aprender ou nas artes é algo simples, agradável e natural. O desejo de conhecer o melhor, fazer o que é bom, é parte principal da natureza positiva do ser humano. Não devemos nos afastar dessas coisas, assustados pelo barulho dessa gente.¹⁸

INTRODUÇÃO

Não é pouco frequente uma observação que não apenas distingue, como também hierarquiza, os saberes difundidos nas salas de aula do ensino superior e do ensino básico. De fato, são saberes diferentes, mas aquele produzido nas universidades não é de qualidade superior ao que é compartilhado no ensino fundamental e médio. Não há sofisticação e profundidade de um lado e simplificação e superficialidade do outro lado. Fosse assim, qualquer docente do ensino universitário, em tese, estaria apto a lecionar no ensino básico. E não está.

Entrar numa sala de aula com 40 ou 50 crianças ou adolescentes requer habilidades específicas para conduzir a aprendizagem e viabilizar a compreensão de conteúdos complexos, que o professor universitário muitas vezes não possui, a não ser que tenha tido esta experiência na sua trajetória profissional. Portanto, é um equívoco supor a existência de um abismo entre o conhecimento científico produzido nas universidades e aquele difundido no ensino básico. Tratam-se de competências e formas de produção do conhecimento distintas e que dialogam – ou deveriam dialogar sempre – entre si de igual para igual, a partir de esferas de atuação diferentes.¹⁹ No final das contas, ambos produzem conhecimento, embora o façam com finalidades diversas.

A premissa fundamental a ser considerada é a de que todo professor é também um pesquisador, tal como preceitua Maurice Tardif.²⁰ É um sujeito do conhecimento que domina um saber-fazer no ensino escolar que não é mais simples nem menos complexo do que a produção do conhecimento desenvolvido no campo acadêmico: “A pesquisa sobre o ensino deve se basear num diálogo fecundo com

¹⁸ WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 9-10.

¹⁹ CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 02, 1990, p. 177-229.

²⁰ TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

os professores, considerados não como objeto de pesquisa, mas como sujeitos competentes que detêm saberes específicos ao seu trabalho”.²¹ Aliás, convém não perder de vista uma concepção difundida por Gramsci e igualmente ressaltada pelo mesmo Tardif: “todo trabalho humano, mesmo o mais simples e o mais previsível, exige do trabalhador um saber-fazer”.²²

Converge nessa mesma direção o belíssimo e instigante ensaio do pensador marxista Raymond Williams, originalmente publicado em 1958, do qual extraiu-se a epígrafe deste texto. Manifesto arrebatador em defesa de uma concepção democrática de cultura, o ensaio combate uma perspectiva elitista que tenta aprisionar a cultura no seio ambiente da “casa de chá”, restringindo a sua difusão indiscriminada, a ponto mesmo de constringer as pessoas comuns que ousem frequentar determinados ambientes, como as bibliotecas, por exemplo.

Williams observa que a palavra cultura pode ser usualmente empregada em dois sentidos: para designar modos de vida, significados comuns compartilhados; e para designar as artes e o aprendizado, os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Diante disso, argumenta: “Alguns escritores usam essa palavra para um ou para o outro sentido, mas insisto nos dois, e na importância de sua conjugação”.²³

1. LIMA BARRETO VISTO A PARTIR DA “VILA QUILOMBO”

O escritor carioca Lima Barreto (1881-1922) se apresenta como rica fonte de pesquisa para o historiador, para o ensino de História e para o ensino de modo geral. Sua obra e sua curta trajetória de vida são um testemunho dos impasses e desafios gestados na inauguração do regime republicano em que vivemos até hoje. Homem negro e habitante da “Vila Quilombo”²⁴ – modo como denominava o lugar em que viveu na periferia do Rio de Janeiro ao longo da maior parte do tempo –, ousou fazer-se escritor. Teve seus romances desqualificados, acusados de emular a realidade do seu tempo, mas ainda assim marcou presença regular na imprensa

²¹ *Ibidem*, p. 230.

²² *Ibidem*, p. 236. Gramsci argumenta que “não existem não-intelectuais”, ver: GRAMSCI, Antonio. Aparentamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. 2, p. 13-53.

²³ WILLIAMS, op. cit., p. 5-6.

²⁴ BARRETO, Lima. Bailes e divertimentos suburbanos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1922, p. 2. No artigo, Lima Barreto afirma que denominou sua modesta residência deste modo “para enfezar Copacabana”.

da época, buscando reconhecimento como literato. Além disso, não abriu mão de agudo senso crítico, da ironia recorrente e do sarcasmo, com os quais erigiu o país ficcional conhecido como Bruzundanga para expor as mazelas que insistem em se perpetuar no Brasil que conhecemos. Fez da literatura a expressão do seu engajamento, da sua militância política, aspecto que foi objeto de um estudo pioneiro, na década de 1980 – e hoje já um clássico – no campo da História do Brasil e das relações entre História e Literatura: a tese transformada em livro de autoria de Nicolau Sevcenko.²⁵

A questão racial foi inescapável para Lima Barreto, constituindo-se em tema recorrente em sua obra, além de um desafio frequente que se apresentava em sua vida na forma do preconceito. Muito já se pesquisou e escreveu sobre o assunto. Suas biografias ressaltam como isso se colocava de várias formas no seu dia a dia, até mesmo no cotidiano da repartição pública em trabalhava e era confundido – por ser negro – com um contínuo a quem se pedia que servisse o café, embora ocupasse cargo de outra natureza e função, como amanuense da Secretaria da Guerra. O racismo também é retratado, combatido e denunciado nos seus textos ficcionais, como os contos e romances. *Recordações do escrivão Isaias Caminha* e *Clara dos Anjos* são pródigos em passagens abordando o tema. Tomarei aqui caminho diverso, propondo uma análise sobre o modo como a questão racial aparece em outro romance.

Antes, porém, é importante destacar que Lima Barreto, considerando as características brevemente indicadas até aqui, apresenta um indiscutível potencial didático e pedagógico. A começar pelo fato de que muitas crianças e jovens negros podem perfeitamente se identificar com esse autor que foi, em muitos aspectos, semelhante aos seus leitores de hoje que, tal como ele, veem as suas cidades a partir da periferia e da precariedade das suas condições de vida. Essa identificação não é algo que se deva menosprezar, especialmente se considerarmos os argumentos de Raymond Williams que apresentamos anteriormente. Ou considerando o argumento de José Falero, que por ocasião do lançamento do seu primeiro romance, *Os supridores*,²⁶ comentou em entrevista:

Escrever um livro, seja o livro que for, não é grande coisa. Não há nada de fantástico em escrever um livro. Qualquer um pode escrever um livro. Eu tenho horror aos sistemas de distinção que imperam na nossa sociedade. Sabe? Esses sistemas de distinção compõem o mecanismo por meio do qual a nossa sociedade se especializou em deixar

²⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁶ FALERO, José. *Os supridores*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2020.

gente como eu de fora de tudo. Não quero tomar parte nisso. Isso, além de ser mentira, serve pra quê, senão promover a exclusão? A quem interessa acreditar que uns são naturalmente capazes disso e daquilo enquanto outros não são? Eu jogo noutra time. Eu penso que a gente tem que arrancar a literatura do altar burguês em que ela foi metida. Eu acredito que a literatura deve pertencer ao povo.²⁷

Lima Barreto, com sua linguagem direta, sem floreios, pode perfeitamente inspirar novos escritores que, a exemplo de Falero, compreendam que literatura “é algo comum” e deve pertencer ao povo. Vejamos então a trajetória de alguns personagens do escritor carioca da virada do século XIX para o XX.

2. A QUESTÃO RACIAL NA FICÇÃO DE LIMA BARRETO

Em 1915, quando *Triste fim de Policarpo Quaresma* foi publicado em livro,²⁸ Lima Barreto já não era um romancista estreado, embora continuasse em busca de reconhecimento do seu talento literário. Seu primeiro livro publicado²⁹ foi recebido com desprezo e contrariedade. Ao satirizar de forma crítica um dos jornais mais populares do Rio de Janeiro do início do século XX – o *Correio da Manhã* – e seu proprietário Edmundo Bittencourt, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* desnudou a imprensa e suas engrenagens capazes de erguer falsas celebridades, entre outras perversidades. Daí adveio, em parte, o pior tipo de crítica que um escritor pode receber: o silêncio.

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* deve ser observado a partir de três momentos distintos. Primeiro, o curto período de tempo da sua concepção. Em 1º de dezembro de 1910 – quando a estreia de *Isaías Caminha* ainda era recente –, Lima Barreto entrou de licença na Secretaria da Guerra, onde exercia a função de amanuense, para tratamento de saúde realizado até 28 de fevereiro de 1911. Um exame médico o diagnosticara com impaludismo,³⁰ justificando o seu afastamento por três meses do serviço público no qual ingressara por concurso desde 1903.

²⁷ JOSÉ Falero: a literatura deve pertencer ao povo [Entrevista realizada por Renata Moniz]. *Trip*, São Paulo, 17 fev. 2021. Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/trip/jose-falero-a-literatura-deve-pertencer-ao-povo?utm_source=mkt&utm_medium=email&utm_campaign=TRIP260221-A&utm_content=banner_05&fbclid=IwAR27hjOGGDdBYRGT33pxPDiD2LR0MprO-dYSo5yj6pKdlmKdEJk79DZ8uCI. Acesso em: 20 abr. 2021.

²⁸ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1915.

²⁹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 1ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1909.

³⁰ Trata-se de malária, doença infecciosa transmitida por mosquito, comum em regiões tropicais, apresentando como sintomas febre e dor de cabeça, podendo levar à morte em casos mais graves.

Mas boa parte do período de convalescência parece ter sido bastante criativo e produtivo: entre janeiro e março de 1911, escreveu seu segundo romance, cujos originais estão sob a guarda da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

A primeira publicação dessa obra deu-se ainda no mesmo ano de 1911. Entre 11 de agosto e 19 de outubro, ao longo de 52 edições, a edição da tarde do *Jornal do Commercio* publicava pela primeira vez o romance em folhetins. Cabe lembrar que esse é um período marcado pelo retorno de um militar ao poder no país. Hermes da Fonseca havia sido eleito para a presidência (1910-1914), retomando princípios autoritários que estiveram presentes na fundação da República. Além disso, Lima Barreto engajou-se abertamente na campanha política de oposição ao candidato militar, apoiando a candidatura civilista de Rui Barbosa. Junto com Antônio Noronha Santos chegou a editar um panfleto contra Hermes, intitulado *O Papão*, que se autodenominava como um “semanário dos bastidores da política, das artes e... das candidaturas”.³¹

Urdido durante a vigência de um governo militar alçado ao poder pelo voto, *Triste fim de Policarpo Quaresma* aborda, contudo, no seu enredo, outro período da história republicana: o governo – igualmente presidido por um militar – de Floriano Peixoto (1891-1894). Os personagens do romance movem-se na conjuntura da Revolta da Armada (1893-1894) e seus dramáticos desdobramentos, que colocaram a Capital Federal sob a iminência de bombardeios durante alguns meses seguidos – o que constitui um segundo momento expressivo para quem deseja compreender os significados dessa obra literária.

O terceiro período significativo da história e da trajetória desse romance remete-nos a 1915, quando acontece a primeira edição em livro, sendo que o governo Hermes da Fonseca já havia se encerrado e o país já vivia sob o governo de Venceslau Brás (1914-1918). Se tomada então como documento histórico, nota-se que a obra guarda uma tripla temporalidade: a da sua concepção e publicação em folhetim, em 1911; a que é objeto do enredo, 1893-1894; e a da sua publicação em livro, em 1915 – aliás, trata-se da única edição que o autor viu ser publicada em vida, ou seja, antes do seu precoce falecimento em 1922.

É inegável que o romance é uma forma atraente de entrar em contato com a história do Brasil e as origens do regime republicano. Ambientado no período do governo de Floriano Peixoto, que foi vice-presidente do primeiro governante da República – o também militar Deodoro da Fonseca (1889-1891) –, e assumiu o poder

³¹ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 298. *O Papão* foi publicado em 1909.

após a sua renúncia, o enredo não é, porém, um romance histórico. Quaresma e os demais personagens são frutos da fabulação do autor, que sugerem variadas e oportunas reflexões sobre aquele tempo. O narrador de Lima Barreto motiva uma abordagem crítica sobre o patriotismo, o nacionalismo, a condição feminina numa sociedade patriarcal recém-saída do Império, as ambições e vaidades humanas, o arrivismo, a cultura popular, os princípios republicanos, o autoritarismo, a tirania e a condição do negro no pós-abolição. É sobre esse último aspecto que desenvolvo aqui uma breve reflexão.

A história contida no livro descreve basicamente um trecho da trajetória de vida do seu protagonista. Quaresma é um funcionário público dedicado, convicto de um nacionalismo exacerbado, entusiasta da República recém-instaurada, leitor voraz detentor de uma vasta biblioteca e morador do subúrbio carioca. Empenhado em valorizar tudo que seja de origem nacional, a certa altura redige um documento oficial em tupi-guarani, desencadeando reações indesejáveis e desgastantes. Em função disso, é afastado do serviço e passa a se dedicar ao cultivo da terra num pequeno sítio a duas horas do Rio de Janeiro, não muito longe da capital. Com a deflagração da Revolta da Armada, supõe que o regime político republicano esteja em risco e dispõe-se a defender o governo de Floriano Peixoto, pegando em armas para combater o que entende – equivocadamente – ser uma ameaça aos princípios republicanos que defende. Contudo, com o desenrolar do conflito e em meio aos seus desdobramentos, sua vida toma rumo inesperado até que sobrevém o seu “triste fim”. Frustrado, reconhece que “a pátria que quisera ter era um mito”.³²

Convém explicitar que a abordagem que aqui se faz da literatura pretende ir além da mera identificação de representações do contexto histórico – notadamente da questão racial e da condição do negro no Brasil do pós-abolição – no texto ficcional. A perspectiva teórica que norteia essa análise filia-se mais diretamente ao campo da história social. Daí, por um lado, a importância de considerar a materialidade e a historicidade do texto literário. Por outro lado, interessa ressaltar como aspectos externos à obra literária tornam-se internos,³³ adquirem forma

³² BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma* / Lima Barreto: edição crítica, Antonio Houaiss y Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, coordenadores, 1ª ed. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997, p. 254 (Colección Archivos, v. 30. Edição Crítica da Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caraïbes et Africaine du XX Siècle. ALLCA XX). Por se tratar da única edição crítica do romance, sirvo-me dela aqui para as citações de trechos do livro, indicando em seguida, entre parênteses, no próprio corpo do texto, as referidas páginas.

³³ Ao invés de referir-me aqui aos textos de caráter mais acadêmico de Antonio Candido, reporto-me ao trecho de uma entrevista concedida ao jornal *Brasil de Fato*, em 8/8/2011: “Mas tenho muito interesse pelo estudo das obras que permitem uma abordagem ao mesmo tempo

literária³⁴ e constituem uma forma efetiva de intervenção no seu tempo e de participação no movimento da história.³⁵

Nesse sentido, um dos personagens que mais merece destaque no romance, para além do protagonista, chama-se Ricardo Coração dos Outros. Se não fica explícito se era negro ou não, sua caracterização é bastante detalhada e sua trajetória está envolvida pela questão racial. A rigor, ele surge no enredo como professor de violão de Quaresma, malvisto pela irmã mais velha de Policarpo, que por esta razão o censura logo nas primeiras páginas: “– Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com esse seresteiro, um quase capadócio – não é bonito!” (p. 12). O irmão reage em sua defesa:

– Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo o homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede. [...] Convém que não deixemos morrer as nossas tradições, os usos genuinamente nacionais [...] (p. 12).

O argumento é apresentado pouco antes do início de mais uma aula, em que Policarpo e Ricardo recolhiam-se na biblioteca que o primeiro mantinha em sua casa suburbana. “O Coração dos Outros vinha ali tão-somente ensinar o major a cantar modinhas e a tocar violão” (p. 19). Sua fala destacada indica a defesa incondicional de expressões da cultura nacional, que considera importante cultivar e valorizar:

O que o patriotismo o fez pensar foi num conhecimento inteiro do Brasil [...]. Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país [...]. Estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua geografia, na sua literatura e na sua política. [...] Havia um ano a esta parte que se dedicava ao tupi-guarani (p. 14-15).

interna e externa. A minha fórmula é a seguinte: estou interessado em saber como o externo se transformou em interno, como aquilo que é carne de vaca vira croquete. O croquete não é vaca, mas sem a vaca o croquete não existe. Mas o croquete não tem nada a ver com a vaca, só a carne. Mas o externo se transformou em algo que é interno. Aí tenho que estudar o croquete, dizer de onde ele veio”.

³⁴ WILLIAMS, Raymond. Formas. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979, p. 185-190.

³⁵ LYON-CAEN, Judith. *La griffe du temps: ce que l’histoire peut dire de la littérature*. 1ª ed. Paris: Gallimard, 2019. BOTELHO, Denilson; DUARTE, Adriano Luiz. Por uma história social da literatura. In: FONTINELES, Claudia C. da S.; SOUSA NETO, Marcelo de; SILVA, Ronyere F. da; EVERTON, Sthênio de S. (orgs.). *Ateliê da História*. 1ª ed. Teresina: EDUFPI; São Paulo: Mentis Abertas, 2019, p. 73-100.

E quem era esse professor de nome tão peculiar?

Ricardo Coração dos Outros era um artista a frequentar e a honrar as melhores famílias do Méier, Piedade e Riachuelo. Rara era a noite em que não recebesse um convite. [...] Gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo (p. 18).

Contudo, o seu lugar nesse subúrbio não era exatamente nessa “alta sociedade”, pois sua condição era outra: “Ricardo Coração dos Outros morava em uma pobre casa de cômodos de um dos subúrbios. Não era das sórdidas, mas era uma casa de cômodos dos subúrbios” (p. 110). Aliás, seja nos textos ficcionais ou não, Lima Barreto descreveu como poucos essa região periférica da cidade em que viveu. Se Sérgio Buarque de Holanda fez na década de 1930 uma instigante comparação entre as cidades que a colonização portuguesa e espanhola produziram nas Américas, cunhando respectivamente a imagem do sementeiro e do ladrilhador,³⁶ o autor de *Policarpo Quaresma* compôs um painel do subúrbio que também recorre à ideia da sementeira desordenada. E fez isso com duas décadas de antecedência, obviamente de forma bem mais simplória do que a erudição daquele historiador:

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa cousa em matéria de edificação da cidade. A topografia do local, caprichosamente montuosa, influíu decerto para tal aspecto, mais influíram, porém, os azares das construções.

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiram como se fossem sementeiras ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como *boulevards* e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.

Às vezes se sucedem na mesma direção com uma frequência irritante, outras se afastam, e deixam de permeio um longo intervalo coeso e fechado de casas. Num trecho, há casas amontoadas umas sobre outras numa angústia de espaço desoladora, logo adiante um vasto campo abre ao nosso olhar uma ampla perspectiva.

Marcham assim ao acaso as edificações e conseqüentemente o arruamento. Há casas de todos os gostos e construídas de todas as formas [...].

Não há nos nossos subúrbios cousa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades europeias, com as suas vilas de ar repousado e satisfeito, as suas estradas e ruas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram aqueles jardins, cuidadi-

³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O sementeiro e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 61-100.

nhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados [...].

Além disso, os subúrbios têm mais aspectos interessantes, sem falar no namoro epidêmico e no espiritismo endêmico; as casas de cômodos (quem as suporia lá!) constituem um deles bem inédito. Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Ali, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino (p. 108-110).

A longa citação permite entrever as condições de vida de Ricardo Coração dos Outros, que habitava uma dessas casas de cômodos suburbanas, onde “o seu quarto tinha o mobiliário mais reduzido possível. Havia uma rede com franjas de rendas, uma mesa de pinho, sobre ela objetos de escrever; uma cadeira, uma estante com livros, e, pendurado a uma parede, o violão na sua armadura de camurça. Havia também uma máquina para fazer café” (p. 113-114). Além disso, tinha que enfrentar o preconceito de pessoas como Adelaide: “A velha irmã de Quaresma não tinha grande interesse pelo violão. A sua educação que se fizera, vendo semelhante instrumento entregue a escravos ou gente parecida, não podia admitir que ele preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem” (p. 83). A escravidão se encerrara em 1888, mas sobrevivia no pós-abolição de variadas formas, inclusive pela desqualificação de tudo que lhe fosse associado. Se Ricardo não era nem poderia ser mais escravo, certamente era visto como “gente parecida” e de uma “certa ordem” indesejável para a “alta sociedade suburbana”. Percebe-se assim como Lima Barreto utiliza o romance para expor e denunciar as desigualdades de classe e raça nos primeiros tempos republicanos.

E como se o preconceito não bastasse, Coração dos Outros logo vê-se às voltas com outro tipo de problema: o surgimento de um concorrente:

De resto, ele agora sofria particularmente – sofria na sua glória, produto de um lento e seguido trabalho de anos. É que aparecera um crioulo a cantar modinhas e cujo nome começava a tomar força e já era citado ao lado do seu.

Aborrecia-se com o rival, por dous fatos; primeiro: pelo sujeito ser preto; e segundo: por causa das suas teorias.

Não é que ele tivesse ojeriza particular aos pretos. O que ele via no fato de haver um preto famoso tocar violão, era que tal cousa ia diminuir ainda mais o prestígio do instrumento. Se o seu rival tocasse piano e por isso ficasse célebre, não havia mal algum; ao contrário: o talento do rapaz levantava a sua pessoa, por intermédio do instrumento considerado; mas, tocando violão, era o inverso: o preconceito que lhe cercava a pessoa, desmoralizava o misterioso violão que ele tanto estimava. E além disso com aquelas teorias! Ora! Querer que a modinha diga alguma cousa e tenha versos certos! Que tolice! (p. 84-85).

O narrador criado por Lima Barreto explica que Ricardo não fazia objeção ao rival por ele ser preto, mas sim ao fato de que tocando violão, rebaixava o instrumento já estigmatizado. Dessa forma, o que o conteúdo literário parece pretender evidenciar é o peso de uma tradição cultural oriunda da escravidão que a abolição não foi capaz de dissolver. Antes, pelo contrário, o violão nas mãos de um talentoso rival negro agravava a situação do modinheiro.

Mas Ricardo Coração dos Outros não é o único personagem que enseja alguma reflexão sobre a condição do homem negro no pós-abolição. “O preto Anastácio, que lhe servia há trinta anos” (p. 25), tornando-se um “agregado” de Policarpo e não mais um empregado (p. 129), apresenta-se como uma figura similar a Pancrácio, personagem da crônica de Machado de Assis, publicada na Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888.³⁷ Decretada a Abolição da escravidão, o proprietário chama Pancrácio e anuncia: “– Tu és livre, pode ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado [...]. Um ordenado pequeno”. E Pancrácio decide ficar ao invés de ganhar as ruas e enfrentar o desafio de viver às próprias custas. Se era isso a liberdade, o ex-escravo – fosse o Pancrácio de Machado ou o Anastácio de Lima – preferiu permanecer como um agregado ou empregado, a correr o risco de perecer na condição de homem livre, mas desprovido de direitos de cidadania capazes de lhe assegurar a sobrevivência.

O tema da condição de vida da população pobre e negra no pós-abolição aparece em *Policarpo* em diferentes momentos. Certa feita, Olga, afilhada de Quaresma, faz um passeio pela região do sítio em que o padrinho fora morar no interior. O narrador descreve suas observações:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, porque as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele “sopapo” que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Porque ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Porque? [...] Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam um pouco, algumas cousas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!

³⁷ ASSIS, Machado de. *Bons dias! Obra completa*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Vol. III, p. 489-491.

[...] Aquilo era uma situação do camponês da Idade Média e começo da nossa: era o famoso animal de La Bruyère que tinha face humana e voz articulada... (p. 138-139)

No dia seguinte a esse passeio, Olga encontra Felizardo, que trabalhava para o seu padrinho no roçado do sítio, e continua dando vazão à sua curiosidade. Afinal, ele também morava num pequeno sítio da região. Então o inquiriu: “ – Você porque não planta para você?” (p. 139). Na sua resposta, veio sugerida uma das chaves do problema:

– Terra não é nossa... E “frumiga”? ... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...

[...] E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?

Debatendo-se com o mito da indolência que recai especialmente sobre os trabalhadores negros, mito relativizado aos seus olhos, visto que na África sabia que os indivíduos “plantam um pouco, algumas cousas para eles”, Olga se dá conta da ausência completa do Estado na vida dessa parcela da população. Faltam-lhes as condições mínimas para assegurar o cultivo da terra, a produção agrícola e a própria subsistência, na mesma proporção em que lhes são negados direitos de cidadania. Além disso, sobram latifúndios improdutivos e faltam-lhes a propriedade da terra. Poucos anos após a publicação de *Triste fim de Policarpo Quaresma* em livro, Lima Barreto publicava na imprensa um artigo abordando essa questão, que ficou conhecido como o seu “manifesto maximalista”, em que contemplava o problema da concentração fundiária e esboçava a defesa de uma reforma agrária:

Ora, os fundamentos da propriedade têm sido revistos modernamente por toda a espécie de pensadores e nenhum deles dá esse caráter no indivíduo que a detém. Nenhum deles admite que ela assim seja nas mãos do indivíduo, a ponto de lesar a comunhão social, permitindo até que meia dúzia de sujeitos espertos e sem escrúpulos, em geral fervorosos católicos, monopolizem as terras de uma província inteira, títulos de dívida de um país, enquanto o Estado esmaga os que nada têm com os mais atrozes impostos. A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens, tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum.

Não é possível compreender que um tipo bronco, egoísta e mau, residente no Flamengo ou em São Clemente, num casarão monstruoso e que não sabe plantar um pé de couve, tenha a propriedade de quarenta ou sessenta fazendas nos estados próximos, muitas das quais ele nem conhece nem as visitou, enquanto, nos lugares em que estão tais latifúndios, há centenas de pessoas que não têm um palmo de terra para fincar

quatro paus e erguer um rancho de sapê, cultivando nos fundos uma quadra de aipim e batata-doce.³⁸

No romance, o próprio Quaresma mostra-se angustiado com a situação de miséria do trabalhador nacional egresso da escravidão. Refletindo sobre isso, compartilha inquietações: “Via o major com tristeza não existir naquela gente humilde sentimento de solidariedade, de apoio mútuo. Não se associavam para cousa alguma e viviam separados, isolados, em famílias geralmente irregulares, sem sentir a necessidade de união para o trabalho da terra” (p. 146). A ausência de condições básicas que inviabilizava até mesmo a capacidade de articulação entre essa gente que o protagonista descobre ao ir viver no campo, é agravada, segundo sua avaliação, por uma política de imigração inadequada: “A tal afirmação da falta de braços pareceu-lhe uma afirmação de má fé ou estúpida, e estúpido ou de má fé era o Governo que os andava importando aos milhares, sem se preocupar com os que já existiam” (p. 146).

Quando homens negros aparecem no romance, isso acontece também na forma de um feiticeiro.³⁹ Ismênia, filha de Albernaz e Maricota, havia adoecido e encontrava-se visivelmente deprimida. O pai “lançara mão de todos os recursos, de todos os conselhos apontados por quem quer que fosse” (p. 216). Foi assim que chegaram a um curandeiro. “Os feiticeiros [...] em geral, eram pretos africanos” e esse “mandingueiro” cuja “barba branca punha mais veneração e certa grandeza” (p. 216) surge como uma esperança de cura:

E o preto obscuro, velho escravo, arrancado há um meio século dos confins da África, saía arrastando a sua velhice e deixando naqueles dous corações uma esperança fugaz. Era uma singular situação, a daquele preto africano, ainda certamente pouco esquecido das dores do seu longo cativo, lançando mão dos resíduos de suas ingênuas crenças tribais, resíduos que tão a custo tinham resistido ao seu transplante forçado para terras de outros deuses – e empregando-os na consolação dos seus senhores de outro tempo (p. 217).

³⁸ BARRETO, Lima. No ajuste de contas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 11 maio 1918, p. 11-13. Ver também: BARRETO, Lima. *Toda crônica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Vol. 1, p. 336-343. Esse tema é retomado em diferentes artigos, especialmente em: BARRETO, Lima. Sobre o maximalismo. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1919, p. 14-15. Ver também: BARRETO, Lima. *Toda crônica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Vol. 1, p. 459-465.

³⁹ Sobre o assunto, ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 387-426.

O narrador de Lima Barreto inverte a relação de dominação do passado de escravidão, colocando o “velho escravo” numa posição de poder. Afinal, ele se tornara capaz de prover alguma esperança aos seus senhores de outro tempo. Depois de “seu longo cativo”, era em suas mãos que se encontrava o possível apaziguamento das dores e aflições dos pais e a salvação de Ismênia.

E a posição de poder não é ocupada apenas pelo feiticeiro. De outra feita, Quaresma acompanha o mesmo Albernaz na busca pelo aprendizado e coleta de antigas cantigas. É à tia Maria Rita que vão recorrer, uma preta velha que seria uma espécie de repositório dessa tradição cultural. Albernaz era vizinho de Quaresma e planejava dar uma festa “à moda do Norte. [...] Mas quem havia de ensaiar, de dar os versos e a música? Alguém lembrou a tia Maria Rita, uma preta velha, que morava em Benfica, antiga lavadeira da família Albernaz” (p. 27).

Então partiram os dois ao encontro da mulher, que passou a morar mais distante. “A casa da velha preta ficava além do ponto, para as bandas da estação da estrada de ferro Leopoldina” (p. 29), lá para os lados do longínquo Santa Cruz. Ao localizarem-na, apresentaram a ela o pedido: “Minha velha, nós queríamos que você nos ensinasse umas cantigas” (p. 31). Depois de resistir um pouco, ela aquiesceu: “a preta velha, talvez com grandes saudades do tempo em que era escrava e ama de alguma grande casa, farta e rica, ergueu a cabeça, como para melhor recordar-se, e entoou” (p. 31-32) alguns versos.

Certamente a mulher não tinha saudades de quando era escrava, mas sim de “alguma grande casa, farta e rica”. Já que a descrição daquela onde vivia em tudo parecia bastante diferente daquelas onde servira de ama:

Chegaram à casa da velha. Era baixa, caiada e coberta com as pesadas telhas portuguesas. Ficava um pouco afastada da estrada. [...] A sala era pequena e de telha-vã. Pelas paredes, velhos cromos de folhinhas, registros de santos, recortes de ilustrações de jornais baralhavam-se e subiam por elas acima até dous terços da altura (p. 30).

Junto com a liberdade, Maria Rita experimentava todo tipo de exclusão e decadência que a pobreza lhe impunha. A abolição, ao invés de torná-la cidadã, a expulsou para além da periferia, indo de Benfica para a distante Santa Cruz. E os seus dias não corriam mais entre as paredes de uma casa abastada, mas sim de uma modesta moradia caiada e sem forro – indícios incontestes da vida de privações que se impusera.

Sendo Lima Barreto um literato bastante estudado em diferentes áreas, diversos pesquisadores já abordaram a temática racial na sua obra. Os possíveis recortes para uma análise do tema são muitos. Magali Engel, por exemplo, debruçou-se

sobre os seus artigos e crônicas, examinando as ambiguidades dos textos não ficcionais do escritor quando enfrenta esse assunto.⁴⁰ É interessante notar como, na verdade, estamos diante de um assunto que é recorrente nos romances, contos, diários, em tudo que o autor produziu. É como se a sua literatura, atravessada por esta questão – que é ao mesmo tempo pessoal e uma questão do seu tempo histórico –, fosse o modo pelo qual participa do debate público fundamental naquele período – e, vale dizer, não só naquele período.

Se nas suas crônicas “se preocupou em combater o apagamento das memórias das lutas dos escravizados pela liberdade” e “defendia uma visão que, para além das possíveis ambiguidades e contradições, buscava valorizar positivamente o caráter miscigenado da sociedade brasileira”,⁴¹ os personagens do *Triste fim de Policarpo Quaresma* aqui mencionados foram construídos aparentemente com o mesmo propósito. Se Ricardo Coração dos Outros não rouba a cena do protagonista, junto com Anastácio e tia Maria Rita são os herdeiros das memórias e da cultura popular oriunda dos séculos de escravidão. Uma cultura popular que merece espaço privilegiado nos currículos e nas salas de aula, e que encontra em Lima Barreto um instrumento de sua afirmação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar esta análise, retomo o final do mesmo ensaio de Williams com o qual iniciei este texto. Porque o autor apresenta ali um esboço de programa de ação que permanece atual e indica um dos desejos que gostaria de ver concretizado: mais recursos públicos para as artes e para a educação de adultos:

Nessa altura vão surgir as vozes de sempre, dizendo que não se deve apoiar o que não gera lucro. De novo, isso aqui é uma nação e não uma firma. O parlamento não dá lucro, e o mantemos porque ele é necessário, e se funcionasse melhor com perdas financeiras ainda maiores, eu, e muitos outros, arcaríamos com o prejuízo. Mas por que, diz Sir George Mamon, eu deveria sustentar um bando de artistas de valor duvidoso? Por que, reitera Mrs. Mink, eu deveria pagar para educar, às minhas custas, tantos estudiosos irresponsáveis e ingratos? A resposta, meu caro senhor, minha cara senhora, é que vocês não sustentam tudo isso. Sozinhos, aprendam o que valem, vocês

⁴⁰ ENGEL, Magali Gouveia. Lima Barreto: dilemas e embates de um intelectual mulato na República dos Bruzundangas... In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães (org.). *Pensadores negros pensadoras negras*: Brasil, séculos XIX e XX. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 195-225.

⁴¹ *Ibidem*, p. 196 e 208, respectivamente.

não poderiam fazer quase nada. Estamos nos referindo a um método de pagamento comum: nós também vamos pagar.⁴²

O que pode fazer a literatura de Lima Barreto ser definitivamente algo comum, produção cultural na qual as camadas populares se vejam refletidas, é a democratização – em todos os sentidos – do acesso à educação. A questão central segundo Williams é se realmente nós acreditamos na democracia:

Quantos de nós realmente acreditamos nela? [...] Nada contribuiu mais para azedar a ideia da democracia, entre os que naturalmente a apoiariam, e para isolá-los em um autoexílio rancoroso, do que as questões simples e espantosas da cultura: a aparente divisão da nossa cultura entre, de um lado, uma sofisticação remota e complacente e, de outro, uma massa entorpecida. Quem então acreditaria na democracia? A resposta é bem simples: as milhões de pessoas na Inglaterra que ainda não tem acesso à democracia, onde trabalham e vivem.⁴³

Seguramente podemos afirmar que, aplicando a mesma pergunta à realidade brasileira, aqui acreditariam na democracia as milhões de pessoas que não têm acesso à democracia, onde trabalham e vivem. Acesso que lhes foi historicamente negado mesmo com a abolição da escravidão, pois a liberdade não veio acompanhada da garantia dos direitos fundamentais. No Brasil, raça e classe têm sido instrumentos habilmente empregados para perpetuar a desigualdade que aprisionam as artes e a literatura num universo restrito e elitizado, que as torna aparentemente inacessível para a maioria da população. Mas nós sabemos que a cultura é algo de todos, por isso é preciso democratizá-la.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Bons dias! Obra completa*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Vol. III, p. 489-491.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. 1ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1909.

BARRETO, Lima. *Toda crônica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Vol. 1.

⁴² WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 25.

⁴³ *Ibidem*, p. 27.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1915.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*/Lima Barreto: edición crítica, Antonio Houaiss y Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, coordenadores, 1ª ed. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997.

BARRETO, Lima. No ajuste de contas. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 11/5/1918, p. 11-13.

BARRETO, Lima. Sobre o maximalismo. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, 1/3/1919, p. 14-15.

BARRETO, Lima. Bailes e divertimentos suburbanos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1922, p. 2.

BOTELHO, Denilson; DUARTE, Adriano Luiz. Por uma história social da literatura. In: FONTINELES, Claudia C. da S.; SOUSA NETO, Marcelo de; SILVA, Ronyere F. da; EVERTON, Sthênio de S. (orgs.). *Ateliê da História*. 1ª ed. Teresina: EDUFPI; São Paulo: Mentis Abertas, 2019, p. 73-100.

CANDIDO, Antonio. O socialismo é uma doutrina triunfante. *Brasil de Fato*, São Paulo, n. 435, 8 agosto 2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/12/morre-o-critico-e-sociologo-antonio-candido-leia-uma-de-suas-ultimas-entrevistas>. Acesso em: 5 abr. 2021.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 02, 1990, p. 177-229.

ENGEL, Magali Gouveia. Lima Barreto: dilemas e embates de um intelectual mulato na República dos Bruzundangas... In: CHALHOUB, Sidney e PINTO, Ana Flávia Magalhães (org.). *Pensadores negros pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 195-225.

FALERO, José. *Os supridores*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2020.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. 2, p. 13-53.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 20ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 61-100.

JOSÉ Falero: a literatura deve pertencer ao povo [Entrevista realizada por Renata Moniz]. *Trip*, São Paulo, 17 fev. 2021. Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/trip/jose-falero-a-literatura-deve-pertencer-ao-povo?utm_

source=mkt&utm_medium=email&utm_campaign=TRIP260221-A&utm_content=banner_05&fbclid=IwAR27hjOGGDdBYRGT33pxPDiD2LR0MprOdYSo5yj6pKdlmKdEJk79DZ8uCI Acesso em: 20 abr. 2021.

LYON-CAEN, Judith. *La griffe du temps: ce que l'histoire peut dire de la littérature*. 1ª ed. Paris: Gallimard, 2019.

O SOCIALISMO é uma doutrina triunfante [Entrevista de Antonio Candido a Joana Tavares]. *Brasil de Fato*, São Paulo, n. 435, 12 maio 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/12/morre-o-critico-e-sociologo-antonio-candido-leia-uma-de-suas-ultimas-entrevistas/> Acesso em: 20 maio 2021.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 387-426.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WILLIAMS, Raymond. Formas. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979, p. 185-190.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 3-28.